

1 **ATA DA 17ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO FÓRUM FLUMINENSE**
2 **DE COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ANO DE 2020, realizada no dia**
3 **11/08/2020 (terça-feira), de 14:15h às 18:30, através de videoconferência.** A
4 Assembleia Geral Extraordinária do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias
5 Hidrográficas (FFCBH) do dia 11/08/2020, foi iniciada pelo Coordenador, José
6 Arimathéa Oliveira (CBH MPS) e contou com a presença dos membros: Nelson Reis
7 (CBH Guandu), Paulo de Tarso Pimenta (CBH Guandu), José Arimathéa Oliveira (CBH
8 MPS), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPS), Luís Eduardo Amorim (CBH Piabanha), José
9 Paulo Azevedo (CBH Piabanha), Christianne Bernardo (CBH BG), Paulo Cardoso (CBH
10 BG), Luís Carlos Teixeira (CBH LSJ), Rodolfo Coimbra (CBH Macaé Ostras), Maria Inês
11 Paes Ferreira (Macaé Ostras), João Gomes (CBH BPSI) e Carlos Ronald Macabu (CBH
12 BPSI) e os convidados Rafaela Facchetti (CBH Piabanha), Júlio Cesar Antunes (CBH
13 Guandu), Andréia Loureiro (CBH Guandu), Livia Soalheiro (CBH Guandu), Ana Paula
14 Masiero (Rio-Metrópole) e Alexandre Mendes (Rio-Metrópole) a equipe: Tamires Souza
15 (AGEVAP) e Larah Emediato Ribeiro (AGEVAP).

16 **Item 1. Abertura:**

17 A assembleia foi iniciada pelo coordenador **José Arimathéa**, que deu boas-vindas aos
18 presentes e realizou a leitura e orientação das regras de conduta para
19 videoconferência.

20 **Item 2. Aprovação da Pauta;**

21 **José Arimathéa** fez a leitura da pauta e questionou se havia alguma sugestão de
22 alterações. Não havendo manifestações, a pauta foi aprovada.

23 **Item 3. Aprovação das atas dos dias 14/07/2020 e 21/07/2020;**

24 **José Arimathéa** lembrou que a ata do dia 14/07/2020 havia retornado para aprovação
25 devido a pedido de alteração de **Maria Inês** na reunião retrasada. **Maria Inês** informou
26 que a secretaria executiva do Fórum ouviu a gravação e verificou que não houve fala
27 anterior do Nelson e que naquele momento realmente se tratava de uma verificação ao
28 CILSJ e não ao INEA. Fez uma proposta de alteração do parágrafo que foi acatada

29 pelos demais. Não houve sugestões para a ata do 21/07/2020 e, com a alteração
30 sugerida por **Maria Inês** na ata do dia 14/07/2020, as duas atas foram aprovadas.

31 **Item 4. Apresentação do Instituto Rio MetrÓpole;**

32 **José Arimathéa** agradeceu a presença dos representantes do Instituto Rio MetrÓpole
33 e fez uma breve apresentação do que são e quais são os comitês de bacia hidrográfica,
34 suas áreas de atuação, assim como o que é e o que representa o FFCBH. Após sua
35 apresentação abriu fala para os demais representantes de comitês para
36 complementarem sua fala. Após contribuições de **José Paulo** e de **João Gomes**, a
37 palavra foi passada aos convidados.

38 **Alexandre** e **Ana Paula** se apresentaram e **Alexandre** iniciou a fala sobre o papel do
39 Instituto Rio MetrÓpole. Informou que o Instituto não trabalha apenas com saneamento
40 básico, tendo outras diretorias que trabalham com desenvolvimento m etropolitano,
41 mobilidade, integração, “cidades inteligentes”, entre outros, mas que a grande ideia é o
42 espírito cooperativo. Comentou que o IRM é federativo e formado por vinte e dois
43 municípios e é capitaneada pelo governador de estado que gere um comitê de gestão
44 que, além dos prefeitos desses municípios, tem participantes da rede civil e outras
45 entidades interessadas. Disse que a ideia é que esses municípios somem forças e,
46 aumentando sua representação para federação, consiga-se recursos nos quais os
47 grandes anseios das comunidades sejam atendidos de forma mais direta. Reforçou que
48 sua visão é que para viabilizar tudo que se tem a fazer em termos de saneamento,
49 proteção de mananciais hídricos e preservação da fauna e flora, tem-se que contar com
50 recursos privados, já que o Estado atualmente não possui. Afirmou que tudo que se
51 pensa em termos de conservação tem que atrair a figura das empresas privadas para
52 dentro do negócio, logo todos os programas que estão sendo desenvolvidos pelo Rio
53 MetrÓpole estão convergindo no sentido de associar uma vontade política do estado a
54 atração comercial por iniciativas privadas a fim de formar ações público-privadas com
55 objetivos, metas e indicadores pré-estabelecidos, convergindo em torno da solução.

56 **Ana Paula** projetou uma apresentação institucional do Rio MetrÓpole para dar
57 continuidade a apresentação do instituto. Quanto a estrutura operacional, disse que o

58 conselho deliberativo é composto pelo governador e os prefeitos dos vinte e dois
59 município e tem função decisória, já o instituto Rio MetrÓpole presta suporte ao
60 conselho quanto as decisões técnicas, envolvendo estudos e análises designadas. É
61 composto também pelo Conselho Consultivo, que possui 47 membros, formado por
62 representantes da academia, industrias e comércio, e tem o objetivo de garantir a
63 participação da população nessa tomada de decisão e possui comitês técnicos
64 intersetoriais metropolitanos cujo objetivo é prestar subsídios técnicos em assuntos
65 específicos. Disse que também contam com o fundo de desenvolvimento metropolitano,
66 que serve para garantir os investimentos relacionados a implementação das ações de
67 interesse comum.

68 **Alexandre** complementou que atualmente o saldo é zerado, mas que, apesar de
69 estarem iniciando o processo de captação, ele está totalmente desatrelado ao estado
70 do Rio de Janeiro. Como o Estado se encontra sob recuperação judicial, para o fundo
71 nascer de forma sadia e autônoma para aplicação dos recursos onde efetivamente
72 devem ser destinados, devem ser independentes do Governo do Estado. Disse que
73 esse fundo será gerido pelo Instituto Rio MetrÓpole, que é um Órgão executivo da
74 metrÓpole e seu primeiro grande recurso será da outorga de água e esgoto na
75 metrÓpole. Reforçou que há diferença entre a privatização da CEDAE e a outorga de
76 água e esgoto para a metrÓpole do Rio de Janeiro.

77 **Ana Paula** retornou à apresentação citando e comentando sobre os eixos
78 estruturantes predominantes no IRM. Falou sobre as responsabilidades do IRM, que
79 são as ações metropolitanas de interesse comum, tendo entre elas o ordenamento
80 espacial, resíduos sólidos, resiliência ambiental, saneamento e tratamento de água,
81 infraestrutura e reinvenção da Baía Guanabara. Pontuou que essas ações se dão
82 quando os interesses da metrÓpole sobrepõem os municipais, ou seja, discutir o
83 impacto para outros municípios e implementar a melhor ação que fosse benéfica ao
84 todo. Comentou sobre o Programa de Ações Prioritárias, no qual informou que foi
85 identificado, no que se refere a saneamento básico, um déficit de abastecimento de
86 água, coleta e tratamento de esgoto e uma poluição hídrica acentuada. Falou sobre o
87 Programa MetrÓpole sustentável, que possui vinte e três ações que envolvem

88 atividades rurais no circuito das águas, conectividade ambiental, baías e lagoas e
89 principalmente segurança hídrica, destacando que o sistema de abastecimento hoje é
90 muito dependente do Guandu e é necessário prover e pensar em novas fontes de
91 captação. Mencionou o Programa Baía Reinventada, no qual um dos focos é que a
92 metrópole se vire para a Baía de Guanabara, já que hoje a baía não tem a atratividade
93 que se tinha tempos atrás, logo a ideia é criar em torno dela zonas e lazer, de
94 desenvolvimento econômico, entre outros.

95 **Alexandre** disse que as votações o IRM ocorre de forma ponderada, a partir do número
96 de habitantes de cada uma das cidades, tendo o “voto de minerva” do governador do
97 Estado. Quanto a outorga de água e esgoto, disse que esta foi autorizada pelos
98 municípios, tendo vinte votos a favor, objetivando a universalização do saneamento
99 básico para a metrópole do Rio de Janeiro.

100 **José Paulo** observou que dentro da gestão de recursos hídricos, quando se fala de
101 outorga, fala-se da cobrança do uso de água bruta, já quando o IRM fala de outorga,
102 se trata da cobrança dos serviços para tratar água e esgoto. Tendo o emprego dessa
103 mesma palavra em dois sentidos, atentou que deveria tomar o cuidado para fazer essa
104 distinção.

105 **Alexandre** retomou o assunto e disse que quando se fala de privatizar serviços públicos
106 se criaria duas linhas de debate na qual os municípios em geral são inicialmente contra,
107 mas argumentou que, no ano de 2019, a CEDAE arrecadou cerca de oitocentos milhões
108 de reais e não há investimento anual para manutenção da qualidade dos serviços
109 prestados. Afirmou que se não está conseguindo manter a qualidade do tratamento da
110 água, é utópico pensar que irá alcançar a universalização, principalmente do esgoto,
111 sem que haja efetivamente recursos alocados para tal. Disse que a partir do
112 consentimento da metrópole do Rio de Janeiro em trabalhar a questão da captação de
113 recursos privados para a universalização e com a chegada do marco regulatório fica
114 claro que se necessita de recursos de iniciativa privada. Resumiu que a outorga de
115 água e esgoto para a metrópole é um investimento de quase trinta e seis bilhões de
116 reais a serem aplicados nos próximos quinze anos para que haja o atingimento da
117 universalização do tratamento de água e esgoto. Disse que o Governo fez uma

118 licitação, na qual o BNDES ganhou e contratou uma consultoria para fazer o estudo e
119 o modelo de PPP que viabilize a universalização. Comentou que um ponto bastante
120 comentado é a reestatização das outorgas em todo mundo e que pesquisou e constatou
121 que em algumas cidades realmente isso ocorreu, mas que ao montar essa estatística,
122 viu-se que na Alemanha, das 684 outorgas voltaram para o Estado, apenas 4% se
123 referia a água e esgoto. Quanto ao resíduo sólido, disse que atualmente todo sistema
124 de drenagem dos municípios não tem suas áreas segregadas e que acontece a
125 contaminação dos sistemas pluviais pelos sistemas de esgoto e esses resíduos
126 acabam nos rios. Disse que foi feito um estudo em cima de dados oficiais, como o Plano
127 nacional de resíduos sólidos, de um estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
128 sobre a possibilidade de converter os resíduos sólidos em energia, entre outros.
129 Informou que o grande objetivo é transformar o resíduo sólido urbano (RSU), que
130 atualmente na Metrópole cerca de 52% vai diretamente para aterros sanitário, em
131 energia. Após essas falas, fez uma breve explicação de como funcionaria o sistema de
132 fusão de RSU para essa transformação e os ativos para monetizar e atrair a iniciativa
133 privada.

134 **Arimathéa** tomou a fala e afirmou que o objetivo da reunião não é discutir a concessão
135 de outorga privada dos direitos da CEDAE, mas sim conhecer o IRM e discutir os
136 mecanismos, as formas que o FFCBH pode colaborar com as iniciativas e como o
137 instituto pode contribuir com as ações dos comitês. Após essa fala, deu espaço para os
138 demais presentes.

139 **Luís Eduardo** questionou o motivo de os Comitês de Bacia não serem chamados para
140 essa construção do programa, afirmando que uma consulta aos CBHs faria com que
141 algumas afirmações equivocadas não fossem feitas pelo instituto. Exemplificou dizendo
142 que a CEDAE apenas faz tratamento de esgoto na cidade do Rio de Janeiro e São
143 Gonçalo, também que, quanto a questão da “remunicipalização” das concessões,
144 apenas 14% da população mundial é atendida com sistemas de abastecimento
145 privativo. Disse também que o dinheiro não vem da iniciativa privada, mas sim do
146 BNDES, que poderia estar direcionando esses recursos tanto para a iniciativa privada

147 quanto para a pública com a finalidade de resolver o problema de saneamento no
148 Estado e no Brasil.

149 **Alexandre** respondeu que do recurso do programa, quase 70% será dedicado para o
150 esgoto para sanar a falta de tratamento. Disse que a concessão se difere da
151 privatização pois, após o tempo determinado em contrato, a CEDAE continuará
152 pertencente ao governo. Quanto a afirmação sobre o BNDES, afirmou que o Estado
153 sequer pode entrar em licitação por estar em recuperação e não ter garantia para
154 oferecer ao BNDES, enquanto, com as iniciativas privadas, haverá essa garantia.
155 Afirmou não saber que os CBHs não haviam sido consultados e que levaria esse pleito
156 para dentro do IRM.

157 **José Paulo** disse que a outorga relativa a serviço de saneamento depende da outorga
158 pelo uso de água bruta e isso faz uma conexão com o Paraíba do Sul, envolvendo
159 direta ou indiretamente os comitês da região. Informou que no planejamento dos CBHs,
160 a partir da cobrança por água bruta, tem o investimento aproximadamente 70% do que
161 é arrecadado no setor de saneamento. Afirmou que deveriam articular com o IRM, pois
162 os comitês tem a obrigação de fazer o enquadramento dos corpos d'água em classes
163 de uso e isso depende da evolução do saneamento nas diversas bacias. Levantou
164 também a necessidade de ajustar as metas de melhoria de qualidade de água com
165 esse programa de investimento em saneamento e redução das taxas poluidoras.

166 **Alexandre** concordou com essa necessidade de articulação e disse que, para tornar o
167 fluxo de informações mais diretas, disponibilizaria o seu telefone e e-mail para contato
168 direto, assumindo o compromisso de que todas as demandas seriam respondidas ou
169 encaminhadas para quem é de direito. Disse também que disponibilizaria a
170 apresentação integralmente para que os comitês pudessem ler e analisar melhor.
171 (Encaminhamento)

172 **Júlio Cesar** disse não ter visto nenhuma relação entre universalização e habitação e
173 uso do solo, o que é algo que se tem muito problema atualmente. Questionou também
174 quanto a segurança hídrica, que vem sido uma questão debatida e traz bastante
175 preocupação nos últimos anos.

176 **Ana Paula** disse que nas ações prioritárias do IRM se tem mais de 120 ações previstas
177 para encontrar o equilíbrio na Metrópole e que foi identificado o diagnóstico que de fato
178 existe uma forte desigualdade. Disse que nas áreas que se tem abastecimento de água
179 e tratamento de esgoto, se tem uma infraestrutura urbana mais organizada e
180 implementada, mas quando se trata da “franja metropolitana” não existe um
181 atendimento ideal e as habitações são, de certo modo, mais precárias. Afirmou que a
182 partir dos programas previstos, o pensamento é levar cidade com infraestrutura para
183 esses locais provendo de abastecimento de água, tratamento de esgoto, drenagem e
184 novas vias, levando, conseqüentemente, o desenvolvimento urbano. Citou dois projetos
185 que envolvem ações de saneamento, mobilidade, habitação e desenvolvimento urbano,
186 sintetizando que seria criado um cinturão de esgoto de forma a diminuir o impacto nos
187 rios que os projetos englobam e seria implementado de novos eixos de mobilidade que
188 vão cortando alguns municípios da região, fazendo com que haja uma integração entre
189 as centralidades desses municípios. Disse que esse plano é chamado de “círculo
190 virtuoso de requalificação urbana”, no qual se leva uma melhor infraestrutura pública
191 para o local e com isso se consegue mais investimentos privados, gera empregos, atrai
192 novos empreendimentos habitacionais e aos poucos provê uma melhoria, concluído
193 que tudo nos programas e projetos são pensados de forma multifuncionais e integradas.

194 Quanto à segurança hídrica, **Alexandre** afirmou que um colapso no rio Guandu, por
195 exemplo, traria conseqüentemente um colapso das cidades da região metropolitana,
196 logo dentro do programa foi levado em consideração o balanço hídrico. Disse não ter
197 ainda todos os detalhes do plano, mas que garantia que várias iniciativas estão sendo
198 propostas, principalmente das universidades, citando uma apresentação feita sobre o
199 Túnel Taquaril, que é uma ideia que já está sendo levada para investimento.

200 **Rafaela** disse que dentro desse processo de universalização de serviços básicos de
201 saneamento, tem uma questão especial que é a drenagem. Opinou que o projeto
202 mostrado está mal elaborado e que em todo o discurso a favor da coleta em tempo
203 seco não se fala que o prestador de serviço de água e esgoto é responsável, ou deveria
204 ser, pela manutenção da drenagem pluvial nos municípios, já que a utilizará. Afirmou
205 que não é justo com os municípios arquem com essas manutenções e que estes sofrem

206 problemas de alagamentos decorrentes da falta de manutenção das micro drenagens.
207 Opinou que o IRM deveria pensar na integração da gestão das águas urbanas, no qual
208 o mesmo provedor do serviço de abastecimento de água, coleta e tratamento de
209 esgoto, deveria fazer a drenagem e o manejo das águas pluviais. Disse que está
210 faltando muito a visão da Bacia Hidrográfica comunidade de planejamento e pediu que
211 o FFCBH fosse incluso no projeto para analisar por essa ótica. u sua visão como
212 sanitaria, na qual saneamento ambiental tem como eixos: água, esgoto, resíduo
213 sólido, drenagem, vetores e uso do solo, afirmando sersendo fundamental, em uma
214 interferência em habitação, que seja consultada a Rede de habitação saudável da
215 Fiocruz.

216 **Ana Paula** disse que o PDUI teve uma participação popular na sua construção desde
217 o início e que foi feita diversas reuniões com os representantes dos municípios, da
218 sociedade civil organizada, da academia e entre outras entidades. Disse que no que se
219 refere a águas pluviais está definido ação de interesse metropolitano a
220 macrodrenagem, sendo a microdrenagem uma atribuição dos municípios, nas quais
221 podem orientar, mas não intervir, uma vez que as soluções devem ser dadas de forma
222 pontual por município, conforme definido em legislação. Quanto ao Cinturão de tempo
223 seco, disse que essa foi uma solução apresentada pelo PDUI, discutida em diversas
224 oficinas e workshops com especialistas da área e entende-se que é uma solução
225 temporária enquanto não se implementa de fato uma rede separativa em toda a região
226 metropolitana, reduzindo de modo imediato e pontual os problemas que se tem de
227 poluição de corpos hídricos.

228 **Rafaela** disse ter receio do tempo que esse 'temporário' seja longo, uma vez que alguns
229 municípios sofrem com as chuvas, citando a região serrana, e afirmou que a aplicação
230 de cinturão de tempo seco contraria os planos municipais de saneamento.

231 **Ana Paula** disse que alguns municípios tem rede de esgoto que leva diretamente para
232 a rede pluvial e que aplicar o cinturão diminuirá a poluição que ocorre diretamente
233 nesses municípios. Disse que no PDUI possui planos de curto, médio e longo prazo e
234 que se estima no plano que até em 2040 saiam do provisório e já tenha 100% da rede
235 separatista. Afirmou que em momento algum o plano trata o cinturão como solução

236 definitiva, tendo outras ações que envolvem levar o esgoto para as ETE's, fechamento
237 de redes clandestinas e criação de novas redes onde não se possui.

238 **Alexandre** disse que dentro da gestão haverá compromissos, contendo datas e
239 responsáveis que serão acompanhados nesse processo, tendo previsto aplicação de
240 multa em caso de descumprimento do contrato. Comentou também sobre as águas
241 residuais dos tratamentos, dizendo que vê bastante potencial de uso, principalmente
242 em agricultura, assim como utilizar o lodo para ajudar a gerar energia, invés de mandar
243 para lixões da estação ou para aterros sanitários.

244 **Rafaela** afirmou que os municípios podem conceder os serviços de drenagem e a Lei
245 nº 11.445/2007 e a Lei nº 11.026/2020 não proíbem a cobrança pela drenagem, logo a
246 micro drenagem poderia ser concedida pelo serviço de saneamento tal qual todos os
247 outros serviços. Afirmou que, se estão regionalizando a titularidade dos municípios em
248 conceder água e esgoto, poderiam fazer o mesmo com a drenagem.

249 **Ana Paula** disse que na Lei nº 184/2018, em seu Art. 3º tem definido quais são as
250 ações de interesse comum ou funções públicas metropolitanas e, na área de
251 saneamento básico, tem-se a drenagem e manejo das áreas pluviais, mas limita apenas
252 a macrodrenagem. Dessa forma, concluiu que o IRM só pode discutir o que tange a
253 macrodrenagem, tendo gerência apenas no que está definido em lei.

254 **José Arimathéa** disse que os comitês no FFCBH gostariam de estar atuando na
255 construção da solução e que, se por um detalhe da lei essa construção atualmente não
256 é possível, ela poderia vir a partir de uma orientação do Instituto, entendendo o o
257 problema e fortalecendo os municípios ajudando a achar uma solução que possa ser
258 replicada para resolver o problema de drenagem. Afirmou que por muitos anos a
259 concessão privada usará a rede pública de drenagem para receber o esgoto que irá
260 tratar e não gastará com essa manutenção, que ficará em cargo do município. Objetivou
261 as discussões no FFCBH como uma forma de ajudar o ente municipal para que tenha
262 formas de operar melhor no sistema e disse que os comitês tem uma forte preocupação
263 na questão do controle social. Afirmou ter certeza que o IRM tem a obrigação de ser

264 colaborativo no sentido de fortalecer a governança municipal dos setores que são
265 ligados com seus objetivos primeiros e obrigações do instituto.

266 **Ana Paula** disse que as contribuições foram anotadas para serem levadas para
267 discussão dentro do IRM e que o instituto nunca deixa de orientar questões que possam
268 trazer benefícios para a região metropolitana, ainda que não esteja nas ações de
269 interesse comum, mas que não pode garantir que essas ações serão feitas pois não
270 serão alvo de discussão e votação no conselho deliberativo. Afirmou que é válida a
271 participação dos CBHs e das organizações já sólidas na sociedade que podem
272 contribuir com o trabalho e que a intenção do IRM é fazer construções colaborativas
273 que se tenham participação social.

274 **Alexandre** disse que eles são ouvintes e interessados em todo comentário que agregue
275 valor no processo de outorgar e pediu que os CBHs permaneçam fazendo pressão para
276 que o trabalho seja bem feito.

277 **Paulo de Tarso** testemunhou que o PDUI foi bastante colaborativo e disse que foi
278 defensor do Plano diante o presidente do Instituto. Quanto ao cinturão de tempo seco,
279 disse que a FIRJAN elaborou um estudo levantando todas as estações de tratamento
280 de esgoto do estado para fazer uma viabilidade econômica para se fazer o mesmo
281 projeto do Aquapolo em São Paulo, cujo objetivo é levar a água residual do tratamento
282 de esgoto para a indústria. Informou que foi criado no conselho do IRM no qual faz
283 parte, um GT que vai tratar do plano metropolitano de saneamento e resíduos sólidos,
284 no qual ele já pediu contribuição a todos os diretores de comitê para aproveitar da
285 disponibilidade que IRM está dando para essa participação. Afirmou que o plano
286 metropolitano deve estar de acordo com o plano municipal que, por sua vez, devem
287 conversar com o plano de bacia.

288 **José Paulo** comentou que o CBH BG está revendo o Plano de Bacia e que via aquilo
289 como uma oportunidade de trabalho com o IRM através de um diálogo técnico. Disse
290 que é a hora certa de decidir se revia esses planos ou se viam o que era previsto no
291 instituto para seguir. Convidou **Paulo de Tarso** para participar de uma oficina do grupo
292 de trabalho do CBH BG para tratar do assunto.

293 **Alexandre** propôs que, assim que o estudo da revisão do plano de bacia estiver pronto,
294 façam um workshop para discutir as principais discussões desse trabalho. **José Paulo**
295 sugeriu que fosse chamado também os comitês dos afluentes do Paraíba do Sul.

296 **Livia** comentou que há uma interdependência da região metropolitana com a bacia do
297 Paraíba do Sul e que deveria haver uma relação com esta bacia e com os outros atores
298 de sua região, seja os comitês ou órgãos estaduais e federais. Disse que o Plano do
299 Paraíba do Sul também está em revisão e que o assunto de segurança hídrica carece
300 de tratamento e que permeia os assuntos previsto no PDUI, já que busca um
301 desenvolvimento com melhor qualidade para a região metropolitana. Questionou como
302 será a interface de integração entre o PDUI e os diversos planos já existentes em
303 termos hídricos e de saneamento e qual será a ação do IRM.

304 **Alexandre** disse que todos os planos existentes quando foi feito o PDUI foram levados
305 em consideração, mas concordou que não havia visto ainda uma ação concreta que
306 estabeleça uma linha para garantir segurança hídrica. Informou que há ações pontuais
307 que já estão sendo consideradas na outorgar, que são o túnel Taquaril o programa de
308 dessalinização. Concordou que realmente deveriam chamar mais atenção para essa
309 questão, reforçando para ser um objetivo da MetrÓpole.

310 **Livia** disse que esse é um ponto forte para os comitês de bacia e que não dá para
311 continuar uma conversa sobre plano metropolitano sem olhar para a segurança hídrica
312 e todas as consequências que trará para o restante do estado. Afirmou que precisa
313 lembrar que há outros atores que usam dessa água e que todos os planejamentos de
314 antes do PDUI são anteriores à crise hídrica de 2014, o que alterou e flexibilizou os
315 parâmetros, logo disse ser necessária uma revisão do que foi feito em relação a
316 segurança hídrica. Em relação ao processo de governança para a segurança hídrica,
317 disse que a forma de dialogar com os atores e a forma como entender a interrelação
318 entre os diversos planejamentos existentes são fundamentais para que se tenha
319 tomadas de decisões participativas e que de fato tragam, na prática, a segurança
320 hídrica. Disse que vê o PDUI olhar muito para a governança da região metropolitana,
321 mas que essa governança não se exaure apenas ali quando se depende outra bacia
322 para se abastecer, questionando qual seria a forma de diálogo com esses atores.

323 **Alexandre** concordou que o tema deveria ser fomentado. Disse que a Lei nº 184/2020
324 não exaure as possibilidades de desenvolvimento de gestão e que a questão da
325 segurança hídrica deveria estar bem clara.

326 **José Arimathéa** levantou algumas questões importantes ao logo das falas da reunião.
327 Disse que vem acompanhando o discurso sobre a não privatização da CEDAE nas
328 audiências e que não concorda quando se diz que se trata de um processo de outorga,
329 já que esse é um processo de outorga privado da água e não há possibilidade de montar
330 um plano para que a própria CEDAE entre no processo e possa fazer a gestão com os
331 recursos do BNDES, apressando a universalização do esgoto. Disse que esse discurso
332 afasta as pessoas que não são fechadas a privatização, mas também não é favorável
333 ao modelo de privatização ampla como enxerga que está sendo construído no
334 momento. Disse que há outros modelos que deveriam ser ouvidos e conversados e
335 criticou a falta desse diálogo no processo de concessão dos serviços da CEDAE para
336 poder ter modelos melhores e mais eficientes. Afirmou que o diálogo que está
337 acontecendo deveria ter sido feito antes do modelo ficar pronto para que, com essas
338 informações, o BNDES partisse para definir que tipo de modelo e estudo deveriam ser
339 contratados. Disse que o FFCBH tem feito diálogos de forma a primeiro conversar e
340 depois definir modelos, e que deveriam levantar mais de um modelo e ponderar os prós
341 e contras para melhor tomada de decisão, já que esta será para as próximas décadas.
342 Citou a experiência da concessão da Nova Dutra que tem um custo de pedágio muito
343 maior que o custo real, e questionou qual é a garantia que no futuro não se tenha nesse
344 processo um aumento da precificação da água na qual seja inviável para a maioria das
345 pessoas do Rio de Janeiro e para as empresas, que podem a vir a não se instalar na
346 região por conta do custo da água. Disse que não quer ser um ator omissos no processo
347 e que quer permitir que o Estado Fluminense faça da melhor forma possível, mas que
348 isso não vai ocorrer com a forma e pressa que vem sido feito. Comentou que foi prefeito
349 de Pinheiral até 2016 e que no ofício que o Secretário Estadual de Desenvolvimento
350 Econômico da época enviou aos municípios sobre essa questão e afirmou que era
351 quase criminosa a forma de relação do Estado com os Municípios, já que a CEDAE
352 seria retirada de qualquer tipo de iniciativa. Constatou que se a CEDAE tem em média
353 um bilhão de reais de recurso anual, em quinze anos alcançaria metade do valor

354 necessário para a universalização e que poderia ser mais lucrativa se tivesse ações
355 estratégicas dos entes públicos e IRM para garantir um bom funcionamento, sendo
356 tratadora e operadora do sistema. Compartilhou sua experiência indo a França e
357 conhecendo a região da Bretanha e participando de reuniões do comitê de controle
358 social que reestatizou o seu sistema de água. Disse que essa reestatização se deu pela
359 falta de qualidade de serviço prestado e, principalmente, por não ter, na empresa
360 privada, as iniciativas necessárias para garantir a segurança hídrica da população.
361 Afirmou que todos deveriam estar preocupados pois não se tem água para os próximos
362 vinte anos para a região metropolitana se não houver outras soluções. Disse que não
363 há mais como tirar água do Paraíba do Sul e que atualmente a única outra fonte que
364 vê vem do desperdício em todas as redes do Estado, logo o esforço deveria ser em
365 reduzir essa perda do sistema de distribuição de 40 a 50% para 10 a 15%, afirmando
366 não ter outra saída para as próximas décadas. Disse que se pegar o dinheiro da outorga
367 e descontar do valor necessário para universalização, diminui o valor, visto que ela sai
368 dos usuários de água e não do BNDES via iniciativa privada. Questionou se não seria
369 melhor invés de criar quatro grandes blocos de concessão, aumentar esse número,
370 diminuindo o tamanho e viabilizando outro desenho e o porquê de apenas esse modelo
371 ser viável e garantir o retorno do capital, afirmando não ter resposta para essas
372 perguntas.

373 **Alexandre** disse concordar com parte e entender o posicionamento, sendo uma linha
374 justa a ser levada em consideração e que em uma matriz de viabilidade pontuassem os
375 prós e contras para retirar a melhor solução. Quanto já haver passado o tempo para se
376 mudar o modelo, comentou as audiências públicas que vem ocorrendo com grande
377 participação nos tempos de pandemia.

378 **José Arimathéa** comentou que em uma das audiências foi dito pelo procurador que
379 quem era contra o projeto, era contra o Estado do Rio de Janeiro e isso demonstra que
380 não estão abertos para diálogos ou construção de outro modelo que não este.

381 **Alexandre** retomou a fala, dizendo que quando se fala de privatização da outorga não
382 quer dizer que quem ganhará será uma empresa privada e exemplificou que, se a
383 SABESP tivesse a garantia para participar da licitação, ela poderia concorrer. Reforçou

384 que o BNDES quer garantias, logo quem tiver, poderá participar. Disse que o Marco
385 Regulatório deu uma grande oportunidade, já que a ANA passou por uma repaginação,
386 virando ANAs, e será uma grande aliada para a questão da segurança hídrica. Citou
387 também que em um rank pela Trata Brasil apenas os municípios de empresas
388 concessionadas aparecem listadas no Estado do Rio de Janeiro e questionou se os
389 números lá citados são confiáveis.

390 **Rafaela** disse que o maior índice de água e esgoto do Brasil é o SNIS, que é alto
391 declarável pelo município e, se basear nesses dados é um erro.

392 **José Arimathéa** disse que os índices do Trata Brasil são baseados no SNIS e que a
393 prefeitura é quem declara as porcentagens e não tem nenhum tipo de auditoria para
394 confirmar e validar esses dados. Disse que os comitês respeitam os dados, mas não
395 veem como algo que se dê para trabalhar cientificamente. Retornou aos novos modelos
396 que poderiam ser construídos, citando o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta
397 Redonda (SAAE), que possui cerca de 98% de atendimento em água tratada nas
398 torneiras dos moradores da cidade, o que é considerado a universalização do serviço
399 e possui cerca de 90% do esgoto coletado, no qual cerca de 40% é tratado e possui
400 uma estação pronta com capacidade de chegar a índices de 65% de tratamento.
401 Informou que é um serviço municipal e lucrativo na cidade, e que além de Volta
402 Redonda, vende água para um trecho de Barra Mansa e atende um distrito de Barra do
403 Piraí. Comentou que o município de Pinheiral é conurbado com o de Volta Redonda e
404 poderia ser chamada a incorporação desse serviço no sistema, afirmando que com
405 certeza a população da cidade preferiria ser atendido pelo SAAE a continuar sendo
406 atendido pela CEDAE ou por um sistema de concessão. Disse que esse é outro modelo
407 que poderia ser pensado e sugerido e que, acima de tudo, possui preço justo, sendo
408 mais de R\$1,00 mais barato por metro cúbico de água do que o que é vendido pela
409 CEDAE atualmente. Questionou se outros desenhos regionais e microrregionais não
410 poderiam ser contemplados pelo BNDES para que a iniciativa privada pudesse se
411 atentar apenas com situações mais complexas como a região metropolitana do Rio de
412 Janeiro. Reforçou que não era contra a concessão privada, mas sim contra esse
413 desenho único de solução do problema. Disse que a concessão poderia imediatamente

414 cobrar sobre a água e sobre o afastamento do esgoto, que hoje não é cobrado, uma
415 vez que houve investimento recente na cidade para tratamento de água, e a empresa
416 concessionária captará o recurso ao longo do tempo para depois fazer algum
417 investimento na rede ou tratamento de esgoto.

418 **João** retornou na fala sobre segurança hídrica e afirmou que esse é o maior objetivo e
419 quando se pensa na universalização do esgotamento sanitário e tratamento de esgoto,
420 e que se deve arremeter não a questões financeiras e melhor modelo apenas, mas na
421 melhoria na qualidade de água para a população. Disse que universalizar o esgoto,
422 olhando para a metrópole sem olhar o Estado todo ou ouvir as outras partes é um erro
423 e que existe opções técnicas de uma nova transposição no rio Paraíba do Sul, mas que
424 é inadmissível deixá-lo sem qualidade de água para atender a população.

425 **Rafaela** disse que nesse processo a CEDAE continuaria captando e tratando a água e
426 vendendo para as concessionárias da região metropolitana e questionou se as
427 concessionárias fariam um retratamento das águas, visto que possuem
428 responsabilidade civil e criminal sobre a qualidade da água que distribui. Lembrou o
429 Guandu, que passou pelo episódio da geosmina e requer investimentos para o
430 tratamento da água, e disse que seria péssimo para a concessionária privada comprar
431 água contaminada.

432 **Alexandre** disse não saber qual vai ser a estratégia empresarial das futuras
433 permissionárias, mas que está focado em discussões de diversos aspectos e sairá
434 dessa reunião com mais questionamentos a ser levado para dentro do IRM.

435 **Rafaela** disse não acreditar nas benesses da privatização, mas que também não acha
436 que o Estado trará a solução, sendo uma balança para esse sistema uma agência
437 reguladora forte e independente que não pode ser interveniente do contrato de
438 concessão. Citou que na minuta de contrato do BNDES consta que a Agenersa é
439 interveniente neste.

440 **Alexandre** disse que a Agenersa é a fiscalizadora e tem que possuir indicadores claros,
441 regidos, estabelecidos e cobrados no contrato de concessão.

442 **Rafaela** disse que se tem Agenesra como interveniente, um consultor independente
443 pago pela concessionária e um comitê técnico e de monitoramento, ou seja, uma
444 quantidade de entes pra fazer a fiscalização desse contrato, mas nenhum tem um
445 controle social correto. Disse que deveria haver um comitê técnico, no qual os comitês
446 de bacia deveriam estar inseridos. Reafirmou ser um absurdo a Agenesra ser
447 interveniente do contrato, dizendo que deve ser independente do governo do estado,
448 sendo um ente regulador.

449 **Alexandre** disse que ainda não está claro como será feita a fiscalização e que o modelo
450 do contrato tem que terminar de ser discutido e divulgado para entender qual será o
451 modelo de controle. Afirmou que não tem informações o suficiente para formar uma
452 opinião e que atualmente está havendo a revisão do modelo.

453 **Rafaela** disse que a participação do IRM na reunião foi importante para alinhar posições
454 e escutar as pessoas que estão em outro ente da governança metropolitana e perceber
455 que há também coisas boas acontecendo.

456 **Alexandre** disse que a participação de **Paulo de Tarso** no Conselho Consultivo é
457 importante e que havia viabilidade de discutir junto ao órgão técnico competente o que
458 for levantado pelos comitês. Disse que esse processo ainda demoraria para finalizar e
459 que esse era o momento para aproveitar para aperfeiçoar e agregar no modelo.

460 **José Arimathéa** convidou o IRM a fazer algum tipo de movimento técnico e político
461 para que se construa o fortalecimento de uma agência reguladora, justificando que será
462 futuramente um problema para os municípios do Rio de Janeiro. Disse que o FFCBH
463 tem um posicionamento no sentido de criar espaços e mecanismos de discussão para
464 fortalecimento de dois entes estaduais estratégicos: a Agenesra, que precisa ser muito
465 mais forte e competente do que tem sido e o INEA, que tem todo um serviço de
466 licenciamento que será demandado e não tem a condição técnica de pessoal e equipe
467 no volume e velocidade que todo projeto prevê. Pediu para que o IRM incorporasse
468 essas preocupações, que são extra processo, mas diretamente ligadas a ele, para que
469 não se perca esse trabalho e diálogo por falta de capacidade de regulação e
470 acompanhamento do sistema.

471 **Alexandre** disse que a questão de segurança hídrica e a fiscalização serão
472 incorporadas pessoalmente nas suas competências para discussões.

473 **Item 5. Assuntos Gerais;**

474 Não houve assuntos gerais tratados nessa reunião.

475 **Item 6. Encerramento.**

476 **José Arimathéa** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 18:30. A
477 presente ata foi lavrada por mim, Larah Ribeiro, Estagiária do FFCBH e, depois de
478 aprovada, será assinada pelos Coordenadores do FFCBH.

479

480

481 **Ata aprovada. Assinatura será após período de isolamento devido à pandemia**

482 **José Arimathéa Oliveira**

João Gomes de Siqueira

483 Coordenado Geral FFCBH

Coordenador Adjunto FFCBH

484

485 **ENCAMINHAMENTOS:** planilha de encaminhamentos segue em anexo.